

7º Exame de Ordem - 2ª fase - 1998

Direito Civil

1. Bernardo, em decorrência de acidente automobilístico veio a falecer, cuidando de seus funerais sua atual companheira de nome Berenice, com quem vivia há dois anos e que se encontrava no sexto mês de gravidez. De seu casamento com Ana, de quem não se separara ainda legalmente, deixou três filhos e uma considerável herança de bens havidos pelos cônjuges em comum após as núpcias, tramitando o inventário pela primeira Vara de Órfãos e Sucessões. Vindo a nascer a criança esperada, Berenice procura você como advogado(a) para lutar pelos direitos que acredita possuir. Redija a inicial da ação que julgue cabível, com as providências necessárias para a conservação dos direitos pertinentes.

Advogado: JOSÉ CARNEIRO

2. Pedro e Maria casaram-se em 1996, nada estipulando quanto ao regime de bens. Passado um ano e meio do casamento, Maria deseja separar-se de Pedro, em razão de manter o mesmo ostensivo relacionamento extraconjugal, embora continue a vida em comum com Maria. Entende Maria, por tal motivo, ter direito exclusivo ao apartamento que serve de residência ao casal. O referido imóvel foi adquirido após o casamento inteiramente com o produto da venda de uma casa comprada por Pedro, um ano antes do matrimônio, visto não possuir Maria qualquer rendimento. Poderá Maria obter a desejada separação e a exclusiva propriedade do apartamento? Por que?

3. Jorge, profissional liberal, foi atropelado por um automóvel que avançara um sinal, colidindo após com um poste, fato presenciado por diversas testemunhas, inclusive um policial militar que se encontrava presente no local do acidente. Jorge sofreu graves ferimentos que exigiram custoso tratamento, além de impedir o exercício da sua profissão durante o longo período de recuperação. Segundo se apurou, o veículo era conduzido por Sérgio, estudante de dezessete anos, que se apoderara do carro da mãe, com quem residia desde a morte do pai. Não havia qualquer seguro do automóvel. Quem responderá pela reparação dos danos sofridos por Jorge? Por que?

4. Um apartamento foi locado por trinta meses, sendo estipulada expressamente fiança pelo prazo da locação. Findo o prazo ajustado, o locatário permaneceu no imóvel sem qualquer oposição do locador, pagando regularmente os aluguéis durante três meses. A partir do quarto mês do término do prazo contratual, o locatário deixou de pagar o aluguel. Havendo já três meses de inadimplência, quer o locador cobrar o que lhe é devido. Poderá o locador exigir o cumprimento da garantia contratual? Por que?

5. Roberto, homem de grande fortuna, doou extensa e valiosa área de terras a uma rica sociedade religiosa, com a obrigação de que essa promovesse ali a construção de um abrigo para idosos carentes, no prazo máximo de dois anos. Passados três anos, Roberto verificou que a sociedade não cumprira a obrigação assumida e que pretendia vender o terreno. Poderá Roberto reaver o imóvel? Como e por que?

6. Luís, separado judicialmente, e Benedita, solteira, mantiveram vida em comum, como se casados fossem, durante dois anos e meio, até o falecimento de Luís. O casal residia em apartamento de propriedade de Luís. Os pais de Luís, inimigos de Benedita, logo que aberto o inventário, desejam expulsar Benedita do imóvel, tendo tomado as medidas judiciais cabíveis para tanto. Tem Benedita algum direito sobre o imóvel? Por que?

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS.

Direito Penal

1. O representante do Ministério Público ofereceu denúncia em face de ALEIXO RAMOS, imputando-lhe a prática do delito descrito no artigo 12 da Lei nº 6.368/76. Ressalte-se que o denunciado foi preso em flagrante delito, tendo sido a prisão cautelar mantida pelo Juiz de Direito, quando do

recebimento da denúncia.

O acusado foi regularmente interrogado, a defesa escrita devidamente apresentada, sendo, posteriormente, realizada as oitivas das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa.

Após a oitiva da última testemunha de defesa, o representante do Ministério Público requereu ao Juiz de Direito fosse designada nova data para a realização dos debates orais, já que as diligências por ele requeridas ainda não haviam sido cumpridas. O Juiz defere o pedido ministerial, determinando que fosse aguardado o cumprimento das diligências faltantes para, assim, designar a data para a realização da nova audiência.

Ocorre que a demora no cumprimento dessas diligências fez com que o prazo legal para a prolação da sentença fosse excedido em muito.

Na qualidade de advogado de Aleixo, redija a peça processual adequada aos fatos acima descritos.

Advogado: FERNANDO FERNANDEZ

2. Joana, namorada de Sérgio, convida a sua rival Cristina para um almoço, quando coloca veneno na refinada refeição que lhe oferece. Ao ver Cristina passando mal, arrepende-se, chama uma ambulância, acompanha-a a um hospital salvando-lhe a vida. No entanto Cristina ficou impossibilitada de trabalhar durante 45 dias. Qual a situação jurídico-penal de Joana? Justificar a resposta.

3. Paulo, Pedro, João e Maria reúnem-se para planejar um seqüestro. Executam o plano com sucesso, mas após a captura da vítima, verificam que esta é cardíaca e com receio das consequências, libertam o cativo. Qual a situação jurídico-penal dos seqüestradores? Justificar a resposta.

4. Jorge, funcionário público, aceita o oferecimento de André, seu amigo de longa data de presentear-lo com uma viagem de lazer ao Caribe nas suas próximas férias, em troca da prática de uma irregularidade que viria beneficiá-lo. O ato ilícito é descoberto. Tipificar as condutas e justificar a resposta.

5. Amaro encontrou seu desafeto Gentil, que o havia ameaçado de morte. Julgando que Gentil o estava tocaiando, sacou de uma arma da qual não possuía porte legal, atirou, ferindo gravemente o desafeto, com *animus necandi*. Qual a situação jurídico-penal de Amaro? Tipificar, justificando.

6. Injúria, Calúnia e Difamação. Definir, distinguir e diferenciar no Código Penal e na Lei de Imprensa. Dar exemplos.

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS.

Direito Trabalhista

1. Francisco de Assis, foi admitido na empresa de arquitetura Agripina S/A, na cidade do Rio de Janeiro, para exercer a função de digitador, trabalhando diariamente das 8h às 18h, de 2ª a 6ª feira, com 2 (duas) horas para almoço e descanso.

O contrato de trabalho de Francisco de Assis teve início em 1º de janeiro de 1995, tendo o empregado optado expressamente pelo sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na data de ingresso, mediante o salário fixo mensal de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Francisco de Assis, que durante toda a contratualidade, por ter sempre exercido a função de digitador, entendeu de postular, verbalmente junto ao Departamento de Recursos Humanos da empresa, o pagamento do acréscimo intrajornada, tendo em vista ser ininterrupto o seu labor diário e inexistir pagamento a esse respeito.

Ocorre que a empresa de arquitetura Agripina S/A, após conceder um período de férias a Francisco de Assis, referente a 1996/1997, o demitiu, sem justo motivo, em 1º de março de 1998, sem contudo, pagar-lhe as verbas rescisórias.

Assim, em face do histórico supra, formular Reclamação Trabalhista, pleiteando os direitos laborais de Francisco de Assis, concernentes ao contrato de trabalho retratado acima, designando como advogado da causa, Dr. CARLOS AUGUSTO.

2. Da decisão de Turma do Tribunal Regional do Trabalho (Acórdão) que não se refira à execução, qual o Recurso cabível? Em que prazo e a contar de que momento?
3. Em que fase do processo trabalhista cabe o Agravo de Petição e qual o prazo para a sua interposição? Fundamentar, dando os respectivos pressupostos do recurso.
4. Qual a duração da hora noturna, quando ela tem início e fim, e o adicional mínimo sobre ela incidente?
5. Em que prazos os direitos trabalhistas podem ser exigidos sem que a prescrição legal os atinja? Fundamentar.
6. Em quantas vias da petição deve ser formulada a Reclamação Trabalhista, em que órgão deve ser entregue na Justiça do Trabalho e quem dirige a distribuição? Fundamentar.

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS.

Direito Administrativo

1. Elabore um parecer, em resposta à questão abaixo, assinando-o como MANOEL DA SILVA, para que a prova não seja identificada:

Na qualidade de advogado de uma empresa pública, entidade de administração indireta estadual, você é solicitado a emitir parecer sobre a seguinte hipótese:

Contrato a ser firmado pela empresa com um particular, para preenchimento de um emprego, estaria sujeito à lei de licitações?

Como você se pronunciaria emitindo o parecer solicitado?

2. Policiais civis, inconformados com a não extensão à sua categoria de reajuste de remuneração concedido a policiais militares e entendendo que revisões gerais de remuneração deveriam abranger, sem distinção de índices e nas mesmas datas, servidores públicos civis e militares, consultam-no, como advogado, sobre a procedência do seu entendimento?

Como lhes responderia?

3. Cliente seu, grande proprietário de terras, comparece, assustado, em seu escritório, porque amigos dele lhe teriam dito que, embora assegurado constitucionalmente o direito de propriedade, esta poderia ser, a partir da Constituição de 1988, tanto desapropriada, mediante prévia indenização em dinheiro ou em títulos, conforme o caso, mas, também, expropriada sem qualquer indenização, o que o deixou apavorado. Como você o tranquilizaria?

4. Você é procurado, em seu escritório, por empresário que pretende participar de uma licitação que lhe despertou interesse, mas está temeroso - por jamais haver contratado com a Administração Pública - de que, vencedor na licitação e firmando o contrato administrativo, possa este vir a ser alterado unilateralmente pela Administração. E lhe pergunta: A administração pode alterar unilateralmente um contrato por ela firmado com um particular?

Como você responderia a pergunta?

5. Tendo-se empossado em cargo público efetivo, em virtude de aprovação em concurso, e encontrando-se em estágio probatório há apenas 6 (seis) meses, seu cliente se preocupa com os comentários desencontrados que ouviu de que, agora, somente poderá adquirir estabilidade, quando completar 3 (três) ou 5 (cinco) anos de efetivo exercício no aludido cargo. Procura-o e pede-lhe esclarecimento a respeito: qual você lhe prestaria?

6. Numa desapropriação para fins de reforma agrária, culturas e pastagens artificiais são indenizáveis em dinheiro ou em Títulos da Dívida Agrária? Fundamente, de modo resumido.

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS.

Direito Comercial

1. Simão, Brenner & Cia. Ltda. firma estabelecida há cinco anos com o comércio varejista de bebidas, sentindo-se impotente para realizar o pagamento de seus débitos nos vencimentos, resolveu impetrar concordata preventiva através de sua advogada. O candidato deverá formular o requerimento ao Juízo Especial de Falências e Concordatas, justificando o pedido com fatos sócio-econômicos, declinando a norma legal em que fundamenta o pedido, fazendo a respectiva proposta aos credores, referindo-se aos pressupostos processuais e colocando como advogada do requerente a Dra. Simone Waisman.

Se o preferir o candidato poderá formular parecer ao invés da inicial, abordando os mesmos aspectos acima enumerados.

2. Luís Pimentel constituiu seu procurador o Sr. Miguel Coelho para a venda de uma partida de café produzido em Matipó. O comprador acionou a Miguel Coelho por vício oculto da mercadoria. Procede a ação contra Miguel? Por que?

3. Jarbas Caldas, portador de uma nota promissória emitida por Marcus Tadeu, com seu valor em branco, preencheu-a com o valor que disse corresponder a seu crédito. Na execução do título Marcos Tadeu ofereceu embargos, alegando falsidade ideológica, posto que somente ele, que era o emitente, poderia preencher o título com o seu valor.

Procede a alegação de Marcos Tadeu?

4. A Assembléia Geral Ordinária da SA deliberou aumentar o capital social com o aproveitamento das reservas, previsto no Estatuto, e com o valor resultante da reavaliação do ativo. Os acionistas minoritários reclamaram alegando ser o aumento de capital ato privativo da Assembléia Geral

Extraordinária. Procede?

5. O Juiz destituiu o Síndico da Falência por descumprimento de obrigações legais, quando faltava apenas a apresentação do relatório final para o encerramento do processo. Deveria o Juiz nomear outro Síndico ou poderia deferir o último encargo a outra pessoa?

6. Enumerar os créditos admitidos na falência, colocando-os na rigorosa ordem de preferência estabelecida pela lei.

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS.

Direito Tributário

1. A Secretaria da Receita Federal, em fevereiro/96, lavrou um Auto de Infração contra a sociedade RIO - Indústria e Comércio S/A, em que é exigido IR/PJ no valor de R\$ 450.000,00 e multa de R\$ 400.000,00, com base em levantamento feito pela fiscalização, abrangendo o período de 01/01/85 a 31/12/94. Impugnado o Auto de Infração foi integralmente mantido pelo Delegado da Receita Federal.

A sociedade considera o Auto de Infração ilegal por várias razões e quer recorrer da decisão para o Conselho de Contribuintes. Porém, encontrou um obstáculo: o Decreto nº 70.235/72, na redação dada pela Medida Provisória nº 1621, de 15/dezembro/97, que foi sucessivamente reeditada, condiciona o conhecimento do recurso administrativo ao prévio depósito do valor correspondente a 30% (trinta por cento) do valor do débito exigido.

Na qualidade de advogado(a) da sociedade RIO - Indústria e Comércio S/A, redija a peça correspondente à medida judicial adequada para viabilizar a apresentação do recurso voluntário para o Conselho de Contribuintes sem o depósito, levando em consideração que a sociedade foi intimada da decisão do Delegado da Receita Federal no dia 31 de agosto e tem prazo de 30 dias para apresentar o recurso voluntário.

Nome do advogado: PAULO SANTOS

2. A remessa de bens do ativo fixo, de um estabelecimento situado no Estado do Rio de Janeiro, para outro estabelecimento do mesmo titular, situado no Estado de Minas Gerais, é fato gerador do ICMS?

3. O Município do Rio de Janeiro, no lançamento do Imposto de Transmissão Inter Vivos, atribui a um determinado imóvel o valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). Considerando que o valor venal desse imóvel, no cadastro de imóveis do Município, para fins de lançamento do IPTU é de R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais), pergunta-se: está correta a base de cálculo adotada no lançamento do Imposto de Transmissão Inter Vivos?

4. A União pode, através de Medida Provisória, instituir tributo de sua competência?

5. É legítima a pretensão da União Federal de cobrar o Imposto sobre Operações Financeiras, sobre aplicações feitas pelos Municípios?

6. O Município de Monte Alegre construiu um elevado, passando pela Rua X, com o objetivo de melhorar o tráfego de veículos entre os Bairros A e B. Como consequência da obra, os imóveis dos Bairros A e B foram valorizados, enquanto os imóveis da Rua X, por onde passa o elevado sofreram significativa desvalorização. Pergunta-se: é legítima a pretensão do Município de cobrar contribuição de melhoria sobre os imóveis situados na Rua X e nos Bairros A e B, em decorrência da obra?

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS.